

## Diário do Comércio (Revista Digesto Econômico) – 05/10/2015 O Último que sair apague a Luz (e pague a conta)

<http://especiais.dcomercio.com.br/luz-energia-brasil/>



### O ÚLTIMO QUE SAIR APAGUE A LUZ (E PAGUE A CONTA)

*Renato Carbonari Ibelli*

O Brasil dispõe de enorme potencial para geração de energia primária, mas vive à sombra de apagões. O problema é que há uma dificuldade imensa para transformar vantagens naturais em vantagens econômicas. De nada adianta toda a capacidade hídrica, sol o ano inteiro, corredor de vento no Nordeste, sem mecanismos eficientes de gestão, investimento e regulação para o setor elétrico.

Os gestores desses recursos ficaram mal-acostumados. Sempre sobrou energia elétrica no país, tanto que o excedente era vendido para a Argentina, dividido com o Paraguai e usado para fazer o impensável, produzir calor para caldeiras das indústrias durante a crise do petróleo da década de 1970. Dava-se ao luxo de esbanjar eletricidade. Até que, em 2001, tudo se apagou.

E com o apagão daquele ano ficou claro que o básico havia sido negligenciado. A economia estava crescendo, puxando a demanda por energia que, no entanto, não podia ser suprida pela oferta. Investimentos em geração, distribuição e transmissão, que deveriam ser feitos enquanto havia folga no sistema, não saíram do papel. Restou correr atrás do prejuízo. Mas quando os investimentos vieram, o que faltou foi planejamento.

Foram leiloadas, entre 2001 e 2012, um total de 42 hidrelétricas, com capacidade para acrescentar 30 gigawatts (GW) de capacidade ao sistema. Mas 32 delas eram usinas a fio d'água, sem reservatórios. Ou seja, em períodos de seca ficam sem capacidade de geração.

Ficar na dependência dos humores da natureza não era exatamente do que o país precisava.

Desde 2012 a escassez de chuva inutilizou as usinas a fio d'água e passou a comprometer também as hidrelétricas que possuem reservatórios. As usinas térmicas a gás precisaram ser acionadas para suprir a falta de capacidade de geração hídrica. Mas queimar combustível para gerar eletricidade é bem mais caro do que deixar a água fazer esse trabalho.

Começou a se formar uma tempestade perfeita, como os especialistas na área de energia têm qualificado a situação atual. Os reservatórios baixos e os despachos das térmicas encareceram o preço da energia comercializada.

Com a geração comprometida, as distribuidoras precisaram buscar mais energia no mercado de curto prazo, onde, antes de 2012, pagavam menos de R\$ 100 pelo megawatt-hora (MWh). Mas no cenário desenhado passaram a pagar mais de R\$ 300 pelo MWh.

Eis que então, ao final daquele ano, o governo adota uma medida – considerada um grave erro de gestão – que finalmente desencadeia a tempestade que afogaria o setor elétrico em dificuldades.

Com a intenção de reduzir a tarifa para o consumidor final foi editada a MP 579, convertida em 2013 na Lei 12.783. Ela atrelou a renovação antecipada de concessões de empresas do setor elétrico, que venceriam entre 2015 e 2017, à redução de 20% nas suas tarifas.

A decisão tinha uma evidente motivação eleitoral. A presidente da República, já de olho na reeleição, afirmava aos consumidores-eleitores que lhes entregaria eletricidade mais barata, e que a fatura seria paga pelos rentistas que possuíam ações das empresas de geração. Ou seja, um arremedo de redistribuição de renda, como uma forte carga de conteúdo ideológico e partidário.

Os problemas ganham diferentes frentes a partir de então. Para cumprir as regras trazidas pela MP 579, as distribuidoras deixaram de repassar nas tarifas a realidade de aumento dos seus custos.

O caixa das empresas do setor elétrico ficou comprometido e muitas precisaram buscar recursos junto a bancos para saldar dívidas. Somente no ano passado, os bancos emprestaram R\$ 17,8 bilhões às distribuidoras.

Além disso, ao segurar as tarifas, o governo acabou estimulando o consumo de energia em um período no qual o correto seria racionar.

Com isso, o preço pago pelas distribuidoras na compra de energia no mercado de curto prazo chegou ao recorde histórico de R\$ 822,83 o MWh em 2014, agravando ainda mais a situação do setor elétrico.

## **CHOQUE DE REALIDADE**

Segurar as tarifas de energia em um patamar irreal se mostrou insustentável. No início de 2015 os preços foram elevados, e o consumidor tem sentido isso no bolso. Estimativa do Instituto Acende Brasil, que funciona como um observatório do setor elétrico, aponta que ao longo deste ano o consumidor pagará, em média, 50% a mais pela tarifa de eletricidade.

Desse aumento previsto, 23,3% vêm da revisão extraordinária da tarifa promovida em fevereiro; 10% são provenientes de um reajuste anual nas margens das empresas do setor e 16,3% motivados pela implantação do sistema de bandeiras tarifárias.

Quando a bandeira vermelha aparece na conta de luz é sinal de que as usinas térmicas precisaram ser acionadas, o que joga o preço da geração de energia lá para cima. Então, são cobrados mais R\$ 5,50 na tarifa a cada 100 quilowatt-hora (KWh). Essa é a realidade atual.

As análises do Acende Brasil também apontam qual o peso de cada fator responsável pelo aumento do custo na geração da energia elétrica. A escassez de oferta, causada pela falta de chuva e atraso em projetos de linhas de transmissão, distribuição e geração respondem por 54% dessa elevação.

Outros 11% da culpa são atribuídos a erros de gestão do governo na condução dos leilões de contratação de energia, especialmente ao negligenciar os chamados leilões A-1 quando eles eram mais necessários.

Os A-1 envolvem contratação de energia no curto prazo - de um ano para outro - e suprem as necessidades das distribuidoras em períodos nos quais a geração está prejudicada. Mas o governo preferiu apostar em leilões com prazos mais amplos.

Os 35% restantes da responsabilidade são atribuídos ao aumento na chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para entender esse ponto é preciso voltar lá para 2012, quando o governo editou a MP 579, que tratava da renovação antecipada das concessões para as empresas do setor elétrico.

A medida retirou encargos que as concessionárias de energia tinham com a CDE, que foram assumidos pelo governo, um ônus bancado com recursos do Tesouro Nacional. Claro que as concessionárias não receberam isso de mão beijada, já que tiveram de assumir o compromisso de reduzir em 20% as suas tarifas para manter o preço da energia baixo para o consumidor.

O problema é que os custos para o Tesouro começaram a crescer, e a própria MP 579 previa que, em caso de impossibilidade de serem cobertos pelo governo, esses custos voltariam para as concessionárias. Como uma batata quente, praticamente todo o ônus da CDE voltou para as mãos das elétricas agora em 2015, que foram autorizadas a repassá-lo nas tarifas.

Em 2014 o efeito da CDE para as empresas do setor elétrico foi de R\$ 1,7 bilhão com o suporte do Tesouro. Esse valor subiu para R\$ 18,9 bilhões agora em 2015.

Com os custos sendo repassados para o consumidor final, o impacto na inflação foi enorme. O preço da energia elétrica foi o principal responsável pela elevação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – a medida oficial da inflação – nos últimos meses, e nem mesmo o aumento de juros praticados pelo governo têm segurado o índice.

Mas a tarifa elevada ajuda a segurar o consumo de eletricidade, num quadro em que também pesou o desaquecimento da economia e, conseqüentemente, a necessidade menor de energia por parte do setor industrial.

Nos últimos meses houve queda na demanda por eletricidade, o que tem dado respiro às hidrelétricas e contribuído para redução no preço de comercialização da energia. O preço no curto prazo, que começou o ano em R\$ 388 o MWh, foi negociado em julho a R\$ 236 o MWh.

Isso não significa que a tempestade perfeita que desconjuntou o setor elétrico tenha passado. Pode ser apenas a calmaria do olho do furacão. Ao redor, segundo Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, as coisas ainda estão bastante agitadas.

“Boa parte dos fatores que levaram à situação atual continuam presentes, mas agravada pela insegurança jurídica trazida pela maneira como o governo lida com o problema”, diz Sales.

## O CAMINHO DA ENERGIA

### GERAÇÃO

Aqui atuam empresas responsáveis por produzir a energia e colocá-la no sistema. A matriz elétrica do país é diversificada, envolve hidrelétricas, termelétricas, usinas nucleares e parques eólicos entre as principais.

**68%**

#### HIDRELÉTRICA

Quando a água armazenada em barragens é liberada ela faz girar as hélices de geradores que produzem a energia elétrica.



**28,4%**

#### TÉRMICA

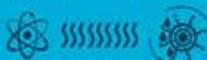
A queima de combustíveis como gás, carvão ou óleo diesel gera vapor que movimenta as hélices dos geradores que produzem eletricidade.



**1,6%**

#### NUCLEAR

No reator, o núcleo de átomos como o urânio é dividido várias vezes, um processo que gera calor. Esse calor é usado para aquecer um reservatório de água e o vapor gerado no processo gira as hélices de geradores que produzem a energia.



**2%**

#### EÓLICA

A força do vento movimenta as pás da turbina eólica que está ligada ao gerador, responsável por transformar esse movimento em energia.



### SUBESTAÇÃO DE ELEVAÇÃO

São unidades responsáveis por elevar a tensão para compensar as perdas naturais de energia durante a transmissão por cabos.



### TRANSMISSÃO

Esse setor é responsável por fazer a energia disponibilizada pelas geradoras chegar até as distribuidoras.



Há cerca de **120 mil km** de linhas de transmissão espalhadas pelo país.

### SUBESTAÇÃO DE DIMINUIÇÃO

Unidades instaladas próximas às cidades responsáveis por baixar a tensão e permitir que a energia chegue segura aos consumidores.

### DISTRIBUIÇÃO

As empresas que atuam aqui baixam a tensão da energia para níveis comerciais e fazem com que a eletricidade chegue às tomadas das residências por meio de linhas aéreas (os postes das ruas), ou subterrânea.

### CONSUMO POR REGIÃO



### ESTRUTURA DO CONSUMO



### GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (PRINCIPAIS PAÍSES)



Arte: Odilon Queiroz

## ALTA TENSÃO

As distribuidoras puderam repassar a suas tarifas, agora em 2015, o aumento do preço da energia que precisaram comprar no mercado de curto prazo. Mas nem tudo será coberto com o repasse ao consumidor.

A conta gerada pelos problemas no setor elétrico pode chegar a R\$ 110 bilhões, segundo Alexei Macorin Vivan, diretor presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE). "Isso envolve indenizações não pagas e a exposição das empresas a situações de maiores riscos", diz ele.

Todos os elos da cadeia elétrica querem ser ressarcidos por gastos que julgam indevidos e estão cobrando do governo os valores na Justiça.

Como exemplo, para as geradoras e transmissoras se propunha indenizar ativos não amortizados, mas os valores pagos ficaram aquém do esperado por elas, que estão cobrando a diferença.

As indenizações por investimentos feitos pelas empresas em bens não amortizados ou depreciados são previstas na MP 579. Mais uma vez ela.

As empresas do setor elétrico reclamam que a MP 579 foi elaborada pelas suas costas. “O setor não foi ouvido. A necessidade de renovação das concessões já era debatida desde 2008, mas o governo não se posicionava sobre a questão. Então apareceu com essa medida”, diz Vivan.

Nem todas as concessionárias de geração e transmissão aceitaram a MP, mas a maior parte das que estavam com o contrato para vencer eram estatais federais ou estaduais. As federais não tiveram muita escolha senão acatar a imposição da medida. Já as estaduais, pelo menos as principais, recusaram-se a subscrever os termos de renovação. Foi o caso da Cemig, Copel, Celesc e Cesp (Minas, Paraná, Santa Catarina e São Paulo).

A paulista Cesp argumentou na ocasião que, caso aceitasse os termos da MP 579, o que incluía a redução de 20% nas suas tarifas, passaria a receber R\$ 184 milhões pela prestação dos seus serviços em 2013, valor que não cobriria seus custos, de R\$ 270 milhões. Se acatasse a medida, a empresa também esperava receber R\$ 7,2 bilhões em indenizações pelos ativos não amortizados, mas a oferta do governo federal era infinitamente menor, de R\$ 1,8 bilhão.

Aquelas que aceitaram a medida agora cobram a diferença. O setor elétrico está todo judicializado. Ou seja, transferiu seus litígios para o colo do Judiciário.

## **O ALÍVIO VIRIA DE OBRAS... QUE ESTÃO EMPERRADAS**

Outros países, além do Brasil, enfrentam problemas com as bases dos seus sistemas elétricos. Em 2003, partes dos Estados Unidos e do Canadá simplesmente ficaram às escuras por dois longos dias. O problema, que afetou a vida de mais de 50 milhões de pessoas, foi atribuído pelas autoridades de ambos países à falta de planejamento.

Apagões são recorrentes na Argentina também. Em 2006 aconteceram pelo menos dois, com duração de 24 horas. No ano seguinte mais um, que atingiu a cidade turística de Bariloche. O motivo apontado como responsável por colocar os hermanos no breu foi a falta de investimentos no setor elétrico.

Falta de investimento. Falta de planejamento. O Brasil também se ressentiu disso, mas com um agravante: existiam soluções, existiam recursos para tirá-las do papel, mas emperrou-se na burocracia institucionalizada.

## POR TRÁS DOS WATTS

**Watt (W)**  
É uma unidade de potência  
**Watt-hora (Wh)**  
É medida de consumo de energia

1000 W — 1 quilowatt (KW)  
1000 KW — 1 megawatt (MW)  
1000 MW — 1 gigawatt (GW)  
1000 GW — 1 terawatt (TW)



Fontes: Idec; EPE; Aneel

Arte: William Choussê



### POTÊNCIA É DIFERENTE...

A potência designa a capacidade que um equipamento possui para realizar um determinado trabalho. Um chuveiro ligado no inverno, com a chave em 5.4 KW de potência, esquenta mais a água que um chuveiro na posição verão, em 2.4 KW de potência.

### ... DE ENERGIA

O chuveiro com 5.4 KW de potência, ligado por 1 hora, vai consumir 5.4 KWh de energia. Se ligado por 2 horas, vai consumir 10.8 KWh. O que varia é a energia consumida, não a potência. Por isso o KWh é a referência em sua conta de luz.

### BRASIL ELÉTRICO

Consumo total	463 TWh/ ano
Consumo residencial médio	163 KWh/ mês
Preço médio (CPFL-Paulista)	R\$ 410 pelo MWh



Das atuais 23 obras para construção de hidrelétricas licitadas, 20 estão atrasadas, e a viabilidade para implantação de dez delas foi considerada baixa pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em relatório publicado em junho deste ano.

Baixa viabilidade significa que as obras esbarraram em problemas para obtenção de licenças ambientais ou então há demandas judiciais que impedem que a usina saia do papel.

A usina de Baixo Iguaçu, que poderia incorporar mais de 350 MW de potência ao sistema com suas três turbinas, está paralisada por questões ambientais. O mesmo ocorre com a usina de Tijuco Alto (128 MW) e Pai Querê (292 MW), cujas obras, que já constavam do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC), nem foram iniciadas.

Para Vivan, presidente da ABCE, o setor elétrico precisa de maior previsibilidade nas licitações e nos licenciamentos. "Hoje não há prazo para a licença ambiental ser emitida", reclama. "O Ibama não tem coragem de decidir quando outros órgãos, como a Funai, Iphan ou quilombolas, não decidem. São basicamente questões ambientais e fundiárias que atrasam as obras", diz.

Esses entraves afetam também o maior projeto do setor elétrico em construção no país, a usina de Belo Monte (11,2 GW). Prevista para ser entregue em 2016, agora a estimativa é que todas as turbinas estejam gerando energia apenas em 2019 segundo a Aneel. Se não houver mais atrasos, no próximo ano 11 turbinas de Belo Monte estarão ativas. Mas 13 ainda estarão em obras.

Evidentemente a intenção não é submergir a história do país, ou sua pré-história, em reservatórios de hidrelétricas. Porém, energia é questão estratégica. É mais do que um banho quente no final do dia que está em jogo. Trata-se da competitividade da economia brasileira.

## CHOQUE DE CUSTOS NA INDÚSTRIA

Um monitoramento feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que o preço da energia elétrica para a indústria brasileira é o mais elevado entre 28 países analisados.

Enquanto por aqui os empresários pagam R\$ 543,8 pelo MWh, na China se paga R\$ 336,4, na Rússia, R\$ 133,1, e nos Estados Unidos, R\$ 122,7, como exemplos em países de dimensões continentais, como o Brasil.

Esse valor engloba mais do que o preço da energia negociado no mercado. No cálculo da Firjan entram encargos setoriais, perdas técnicas, custo das bandeiras tarifárias e tributos federais e estaduais.

O custo maior da energia logicamente encarece a produção local, como lembra Camila Schoti, coordenadora de Energia da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace). E isso enfraquece a indústria nacional diante dos competidores internacionais.

Com a indústria debilitada, toda a economia do país perde. "O custo elevado da energia justificou cerca de 0,53 ponto percentual da retração no ritmo de crescimento do PIB brasileiro no ano passado", diz Camila, baseando-se em estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) feito para a Abrace.

Eletricidade é o principal insumo para vários setores, chegando a representar 40% dos custos de produção para as indústrias de alumínio, siderúrgicas ou petroquímicas. Alguns empresários não suportaram a pressão extra na conta de luz e decidiram se mudar.

No segmento têxtil e também no de plástico há casos de empresas que migraram para o Paraguai em busca de energia elétrica mais em conta. Por lá, a energia é 70% mais barata do que por aqui, e ironicamente é gerada na mesma matriz que alimenta boa parte do Brasil, a usina de Itaipu.

"A reversão do cenário passa pela implantação do verdadeiro realismo tarifário, no qual os custos do setor são alocados àqueles agentes que deram causa a eles", comenta Camila.

O Brasil consome anualmente 463 mil Gigawatts-hora (GWh) de energia gerada por hidrelétricas, termelétricas, usinas nucleares e parques de energia complementar, como a eólica. É uma demanda enorme, que tem pressionado as geradoras. Para os próximos 15 anos alguns estudos mostram que será preciso dobrar a oferta de energia para garantir um abastecimento contínuo mesmo em períodos de seca severa.

E para tanto, as obras precisam sair do papel, mas de maneira planejada. A regulação do setor precisaria ser revista, mas com a participação das concessionárias que atuam nele. Caso contrário, vamos continuar vendo empresários deixando o país em busca de custos menores... o último a sair apaga a luz.

O Brasil dispõe de enorme potencial para geração de energia primária, mas vive à sombra de apagões. O problema é que há uma dificuldade imensa para transformar vantagens naturais em vantagens econômicas. De nada adianta toda a capacidade hídrica, sol o ano inteiro, corredor de vento no Nordeste, sem mecanismos eficientes de gestão, investimento e regulação para o setor elétrico.

Os gestores desses recursos ficaram mal-acostumados. Sempre sobrou energia elétrica no país, tanto que o excedente era vendido para a Argentina, dividido com o Paraguai e usado para fazer o impensável, produzir calor para caldeiras das indústrias durante a crise do petróleo da década de 1970. Dava-se ao luxo de esbanjar eletricidade. Até que, em 2001, tudo se apagou.

E com o apagão daquele ano ficou claro que o básico havia sido negligenciado. A economia estava crescendo, puxando a demanda por energia que, no entanto, não podia ser suprida pela oferta. Investimentos em geração, distribuição e transmissão, que deveriam ser feitos enquanto havia folga no sistema, não saíram do papel. Restou correr atrás do prejuízo. Mas quando os investimentos vieram, o que faltou foi planejamento.

Foram leiloadas, entre 2001 e 2012, um total de 42 hidrelétricas, com capacidade para acrescentar 30 gigawatts (GW) de capacidade ao sistema. Mas 32 delas eram usinas a fio d'água, sem reservatórios. Ou seja, em períodos de seca ficam sem capacidade de geração.

Ficar na dependência dos humores da natureza não era exatamente do que o país precisava.

Desde 2012 a escassez de chuva inutilizou as usinas a fio d'água e passou a comprometer também as hidrelétricas que possuem reservatórios. As usinas térmicas a gás precisaram ser acionadas para suprir a falta de capacidade de geração hídrica. Mas queimar combustível para gerar eletricidade é bem mais caro do que deixar a água fazer esse trabalho.

Começou a se formar uma tempestade perfeita, como os especialistas na área de energia têm qualificado a situação atual. Os reservatórios baixos e os despachos das térmicas encareceram o preço da energia comercializada.

Com a geração comprometida, as distribuidoras precisaram buscar mais energia no mercado de curto prazo, onde, antes de 2012, pagavam menos de R\$ 100 pelo megawatt-hora (MWh). Mas no cenário desenhado passaram a pagar mais de R\$ 300 pelo MWh.

Eis que então, ao final daquele ano, o governo adota uma medida – considerada um grave erro de gestão – que finalmente desencadeia a tempestade que afogaria o setor elétrico em dificuldades.

Com a intenção de reduzir a tarifa para o consumidor final foi editada a MP 579, convertida em 2013 na Lei 12.783. Ela atrelou a renovação antecipada de concessões de empresas do setor elétrico, que venceriam entre 2015 e 2017, à redução de 20% nas suas tarifas.

A decisão tinha uma evidente motivação eleitoral. A presidente da República, já de olho na reeleição, afirmava aos consumidores-eleitores que lhes entregaria eletricidade mais barata, e que a fatura seria paga pelos rentistas que possuíam

ações das empresas de geração. Ou seja, um arremedo de redistribuição de renda, como uma forte carga de conteúdo ideológico e partidário.

Os problemas ganham diferentes frentes a partir de então. Para cumprir as regras trazidas pela MP 579, as distribuidoras deixaram de repassar nas tarifas a realidade de aumento dos seus custos.

O caixa das empresas do setor elétrico ficou comprometido e muitas precisaram buscar recursos junto a bancos para saldar dívidas. Somente no ano passado, os bancos emprestaram R\$ 17,8 bilhões às distribuidoras.

Além disso, ao segurar as tarifas, o governo acabou estimulando o consumo de energia em um período no qual o correto seria racionar.

Com isso, o preço pago pelas distribuidoras na compra de energia no mercado de curto prazo chegou ao recorde histórico de R\$ 822,83 o MWh em 2014, agravando ainda mais a situação do setor elétrico.

## **CHOQUE DE REALIDADE**

Segurar as tarifas de energia em um patamar irreal se mostrou insustentável. No início de 2015 os preços foram elevados, e o consumidor tem sentido isso no bolso. Estimativa do **Instituto Acende Brasil**, que funciona como um observatório do setor elétrico, aponta que ao longo deste ano o consumidor pagará, em média, 50% a mais pela tarifa de eletricidade.

Desse aumento previsto, 23,3% vêm da revisão extraordinária da tarifa promovida em fevereiro; 10% são provenientes de um reajuste anual nas margens das empresas do setor e 16,3% motivados pela implantação do sistema de bandeiras tarifárias.

Quando a bandeira vermelha aparece na conta de luz é sinal de que as usinas térmicas precisaram ser acionadas, o que joga o preço da geração de energia lá para cima. Então, são cobrados mais R\$ 5,50 na tarifa a cada 100 quilowatt-hora (KWh). Essa é a realidade atual.

As análises do **Acende Brasil** também apontam qual o peso de cada fator responsável pelo aumento do custo na geração da energia elétrica. A escassez de oferta, causada pela falta de chuva e atraso em projetos de linhas de transmissão, distribuição e geração respondem por 54% dessa elevação.

Outros 11% da culpa são atribuídos a erros de gestão do governo na condução dos leilões de contratação de energia, especialmente ao negligenciar os chamados leilões A-1 quando eles eram mais necessários.

Os A-1 envolvem contratação de energia no curto prazo - de um ano para outro - e suprem as necessidades das distribuidoras em períodos nos quais a geração está prejudicada. Mas o governo preferiu apostar em leilões com prazos mais amplos.

Os 35% restantes da responsabilidade são atribuídos ao aumento na chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para entender esse ponto é preciso voltar lá para 2012, quando o governo editou a MP 579, que tratava da renovação antecipada das concessões para as empresas do setor elétrico.

A medida retirou encargos que as concessionárias de energia tinham com a CDE, que foram assumidos pelo governo, um ônus bancado com recursos do Tesouro Nacional. Claro que as concessionárias não receberam isso de mão beijada, já que tiveram de assumir o compromisso de reduzir em 20% as suas tarifas para manter o preço da energia baixo para o consumidor.

O problema é que os custos para o Tesouro começaram a crescer, e a própria MP 579 previa que, em caso de impossibilidade de serem cobertos pelo governo, esses custos voltariam para as concessionárias. Como uma batata quente, praticamente todo o ônus da CDE voltou para as mãos das elétricas agora em 2015, que foram autorizadas a repassá-lo nas tarifas.

Em 2014 o efeito da CDE para as empresas do setor elétrico foi de R\$ 1,7 bilhão com o suporte do Tesouro. Esse valor subiu para R\$ 18,9 bilhões agora em 2015.

Com os custos sendo repassados para o consumidor final, o impacto na inflação foi enorme. O preço da energia elétrica foi o principal responsável pela elevação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – a medida oficial da inflação – nos últimos meses, e nem mesmo o aumento de juros praticados pelo governo têm segurado o índice.

Mas a tarifa elevada ajuda a segurar o consumo de eletricidade, num quadro em que também pesou o desaquecimento da economia e, conseqüentemente, a necessidade menor de energia por parte do setor industrial.

Nos últimos meses houve queda na demanda por eletricidade, o que tem dado respiro às hidrelétricas e contribuído para redução no preço de comercialização da energia. O preço no curto prazo, que começou o ano em R\$ 388 o MWh, foi negociado em julho a R\$ 236 o MWh.

Isso não significa que a tempestade perfeita que desconjuntou o setor elétrico tenha passado. Pode ser apenas a calma do olho do furacão. Ao redor, segundo **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, as coisas ainda estão bastante agitadas.

“Boa parte dos fatores que levaram à situação atual continuam presentes, mas agravada pela insegurança jurídica trazida pela maneira como o governo lida com o problema”, diz **Sales**.

## **ALTA TENSÃO**

As distribuidoras puderam repassar a suas tarifas, agora em 2015, o aumento do preço da energia que precisaram comprar no mercado de curto prazo. Mas nem tudo será coberto com o repasse ao consumidor.

A conta gerada pelos problemas no setor elétrico pode chegar a R\$ 110 bilhões, segundo Alexei Macorin Vivan, diretor presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE). “Isso envolve indenizações não pagas e a exposição das empresas a situações de maiores riscos”, diz ele.

Todos os elos da cadeia elétrica querem ser ressarcidos por gastos que julgam indevidos e estão cobrando do governo os valores na Justiça.

Como exemplo, para as geradoras e transmissoras se propunha indenizar ativos não amortizados, mas os valores pagos ficaram aquém do esperado por elas, que estão cobrando a diferença.

As indenizações por investimentos feitos pelas empresas em bens não amortizados ou depreciados são previstas na MP 579. Mais uma vez ela.

As empresas do setor elétrico reclamam que a MP 579 foi elaborada pelas suas costas. "O setor não foi ouvido. A necessidade de renovação das concessões já era debatida desde 2008, mas o governo não se posicionava sobre a questão. Então apareceu com essa medida", diz Vivan.

Nem todas as concessionárias de geração e transmissão aceitaram a MP, mas a maior parte das que estavam com o contrato para vencer eram estatais federais ou estaduais. As federais não tiveram muita escolha senão acatar a imposição da medida. Já as estaduais, pelo menos as principais, recusaram-se a subscrever os termos de renovação. Foi o caso da Cemig, Copel, Celesc e Cesp (Minas, Paraná, Santa Catarina e São Paulo).

A paulista Cesp argumentou na ocasião que, caso aceitasse os termos da MP 579, o que incluía a redução de 20% nas suas tarifas, passaria a receber R\$ 184 milhões pela prestação dos seus serviços em 2013, valor que não cobriria seus custos, de R\$ 270 milhões. Se acatasse a medida, a empresa também esperava receber R\$ 7,2 bilhões em indenizações pelos ativos não amortizados, mas a oferta do governo federal era infinitamente menor, de R\$ 1,8 bilhão.

Aquelas que aceitaram a medida agora cobram a diferença. O setor elétrico está todo judicializado. Ou seja, transferiu seus litígios para o colo do Judiciário.

## **O ALÍVIO VIRIA DE OBRAS... QUE ESTÃO EMPERRADAS**

Outros países, além do Brasil, enfrentam problemas com as bases dos seus sistemas elétricos. Em 2003, partes dos Estados Unidos e do Canadá simplesmente ficaram às escuras por dois longos dias. O problema, que afetou a vida de mais de 50 milhões de pessoas, foi atribuído pelas autoridades de ambos países à falta de planejamento.

Apagões são recorrentes na Argentina também. Em 2006 aconteceram pelo menos dois, com duração de 24 horas. No ano seguinte mais um, que atingiu a cidade turística de Bariloche. O motivo apontado como responsável por colocar os hermanos no breu foi a falta de investimentos no setor elétrico.

Falta de investimento. Falta de planejamento. O Brasil também se ressentiu disso, mas com um agravante: existiam soluções, existiam recursos para tirá-las do papel, mas emperrou-se na burocracia institucionalizada.

Das atuais 23 obras para construção de hidrelétricas licitadas, 20 estão atrasadas, e a viabilidade para implantação de dez delas foi considerada baixa pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em relatório publicado em junho deste ano.

Baixa viabilidade significa que as obras esbarraram em problemas para obtenção de licenças ambientais ou então há demandas judiciais que impedem que a usina saia do papel.

A usina de Baixo Iguaçu, que poderia incorporar mais de 350 MW de potência ao sistema com suas três turbinas, está paralisada por questões ambientais. O mesmo ocorre com a usina de Tijuco Alto (128 MW) e Pai Querê (292 MW), cujas obras, que já constavam do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nem foram iniciadas.

Para Vivan, presidente da ABCE, o setor elétrico precisa de maior previsibilidade nas licitações e nos licenciamentos. "Hoje não há prazo para a licença ambiental ser emitida", reclama. "O Ibama não tem coragem de decidir quando outros órgãos, como a Funai, Iphan ou quilombolas, não decidem. São basicamente questões ambientais e fundiárias que atrasam as obras", diz.

Esses entraves afetam também o maior projeto do setor elétrico em construção no país, a usina de Belo Monte (11,2 GW). Prevista para ser entregue em 2016, agora a estimativa é que todas as turbinas estejam gerando energia apenas em 2019 segundo a Aneel. Se não houver mais atrasos, no próximo ano 11 turbinas de Belo Monte estarão ativas. Mas 13 ainda estarão em obras.

Evidentemente a intenção não é submergir a história do país, ou sua pré-história, em reservatórios de hidrelétricas. Porém, energia é questão estratégica. É mais do que um banho quente no final do dia que está em jogo. Trata-se da competitividade da economia brasileira.

## **CHOQUE DE CUSTOS NA INDÚSTRIA**

Um monitoramento feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que o preço da energia elétrica para a indústria brasileira é o mais elevado entre 28 países analisados.

Enquanto por aqui os empresários pagam R\$ 543,8 pelo MWh, na China se paga R\$ 336,4, na Rússia, R\$ 133,1, e nos Estados Unidos, R\$ 122,7, como exemplos em países de dimensões continentais, como o Brasil.

Esse valor engloba mais do que o preço da energia negociado no mercado. No cálculo da Firjan entram encargos setoriais, perdas técnicas, custo das bandeiras tarifárias e tributos federais e estaduais.

O custo maior da energia logicamente encarece a produção local, como lembra Camila Schoti, coordenadora de Energia da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace). E isso enfraquece a indústria nacional diante dos competidores internacionais.

Com a indústria debilitada, toda a economia do país perde. "O custo elevado da energia justificou cerca de 0,53 ponto percentual da retração no ritmo de crescimento do PIB brasileiro no ano passado", diz Camila, baseando-se em estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) feito para a Abrace.

Eletricidade é o principal insumo para vários setores, chegando a representar 40% dos custos de produção para as indústrias de alumínio, siderúrgicas ou petroquímicas. Alguns empresários não suportaram a pressão extra na conta de luz e decidiram se mudar.

No segmento têxtil e também no de plástico há casos de empresas que migraram para o Paraguai em busca de energia elétrica mais em conta. Por lá, a energia é

70% mais barata do que por aqui, e ironicamente é gerada na mesma matriz que alimenta boa parte do Brasil, a usina de Itaipu.

“A reversão do cenário passa pela implantação do verdadeiro realismo tarifário, no qual os custos do setor são alocados àqueles agentes que deram causa a eles”, comenta Camila.

O Brasil consome anualmente 463 mil Gigawatts-hora (GWh) de energia gerada por hidrelétricas, termelétricas, usinas nucleares e parques de energia complementar, como a eólica. É uma demanda enorme, que tem pressionado as geradoras. Para os próximos 15 anos alguns estudos mostram que será preciso dobrar a oferta de energia para garantir um abastecimento contínuo mesmo em períodos de seca severa.

E para tanto, as obras precisam sair do papel, mas de maneira planejada. A regulação do setor precisaria ser revista, mas com a participação das concessionárias que atuam nele. Caso contrário, vamos continuar vendo empresários deixando o país em busca de custos menores... o último a sair apaga a luz.